

## AUDIÊNCIA PÚBLICA - PL nº 04/2022

Farroupilha, 03/03/2022

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Boa noite. Damos início a nossa audiência para debater o projeto nº 04/22 que institui o REFIS - programa de recuperação fiscal. Queremos salientar aqui a presença de diversos vereadores, do presidente da União de Bairros Dilço Batista, presidente do núcleo de cooperativismo José Fernando Rodrigues, secretário de Finanças senhor Plínio Balbinot, senhora Cintia Lima assessora da secretaria de finanças, senhor Clair Israel da Silva da CIS Negócios Imobiliários, também vereador Marcelo Broilo, vereador Tadeu Salib dos Santos, vereadora Eleonora Broilo também presidente desta Casa, vereador Calebe Coelho, vereador Gilberto do Amarante e vereador Eurides Sutilli. Não sei se chegou mais algum vereador aí? Vereador Sandro, temos aí também a presença do nosso ex-prefeito Pedro Pedroso. E convido de imediato para fazer parte da mesa o senhor Plínio Balbinot; antes disso, citar a presença da nossa querida Nádia Emer Grasselli, que fui traído aqui pelo protocolo que não estava anotado, então senhor Plínio quero também convidar a doutora Nádia para que também faça parte também da mesa. Nós vamos fazer um contraponto aqui, o Plínio vai fazer uma explanação em relação à prefeitura municipal e a Nádia vai também fazer algumas observações, algumas considerações, algumas sugestões, representando a sociedade civil. Pode passar aqui dona, Nádia. Quero convidar os vereadores que fazem parte também da comissão de finanças vereador Gilberto do Amarante, vereador Chico Sutilli, vereador Tiago Ilha e vereador Tadeu podem tomar acento e também gostaria de convidar a nossa presidente vereadora Eleonora para que possa também fazer parte do plenário, se assim desejar, e os demais vereadores. Passamos à leitura então do edital nº 01/2022 - audiência pública: Eleonora Peters Broilo, vereadora presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a lei vigente, convoca a comunidade farroupilhense em geral para participarem da audiência pública que se realizará no plenário da Câmara de Vereadores de Farroupilha, sito à Rua Júlio de Castilhos, 420, na seguinte data dia 03 de março de 2022, às 18h, tendo em pauta o Projeto de Lei nº 04/2022, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Farroupilha, e dá outras providências. Eu só vou fazer uma pequena explanação de como vai funcionar a nossa audiência aqui que teremos uma apresentação dessa audiência pública no tema né do REFIS de até 30 minutos por parte do senhor Plínio Balbinot e quem, se alguém mais vai te assessorar ou vai ter mais alguém que representa o executivo municipal. Após isto nós vamos também ouvir a senhora Nádia Emer Grasselli fará a sua explanação; feito isso nós vamos abrir a palavra para quem do plenário, assim desejar, se manifestar pelo tempo de 5 minutos. E também queremos dizer que enquanto o seu Plínio e a dona Nádia estiverem falando/explanando as pessoas podem se inscrever com a Ana que está ali na porta ou depois também podem pedir a palavra. Após isso, nós vamos também fazer uma abertura de manifestação dos senhores vereadores pelo prazo de três minutos e depois teremos aí uma réplica de uns 10 minutos para conclusão. Então de imediato passo a palavra para o secretário Plínio Balbinot. Pode falar do plenário ou sentado, como você se achar melhor.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Vou abrir aqui, daqui, depois eu vou para o plenário. Pode ser? Boa tarde/boa noite, final de tarde né, a todos. Quero cumprimentar o Roque o presidente da comissão de finanças, quando eu cheguei

eu tenho que dar uma descontraída na largada né a gente não pode ir a Roma e não cumprimentar o Papa né, o Duilus, a presidente da Casa né a doutora Eleonora, os demais vereadores da comissão de finanças eu até me atreveria a dizer o nome de todos, mas sou capaz de esquecer algum e tem mais os demais vereadores; mas o Chico Sutilli vou lá né, o Amarante, Tadeu, a doutora Eleonora que já cumprimentei, o Marcelo, o Calebe, Sandro, os demais presentes, a Nádia aqui que compõe a mesa sempre um privilégio né; a Nádia eu posso descrevê-la como dentro do setor de atuação dela é uma unanimidade né no setor de contabilidade e não é diferente no meio empresarial, então é uma pessoa que agrega muito e tenho certeza absoluta que a Nádia poderia estar em casa descansando e ela vem aqui contribuir. Obrigado mesmo, Nádia, que eu acho que a tua participação sempre é muito importante. Feito a abertura então vamos para a apresentação aí eu vou falar de pé, pode ser? Bom, então a gente vem falar do projeto de lei nº 04/2022 iniciativa do poder executivo e ele institui aí o programa de recuperação fiscal do município. Falando do programa, ele tem uma quase que cópia do que foi em 2021, mas vamos repassá-lo e depois eu tenho mais algumas lâminas que eu gostaria de comentar com vocês. Então qual é que é o propósito do programa? Créditos inadimplidos de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou a protestar, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive já parcelados, cujas parcelas estejam vencidas ou ainda a vencer. Isso foi essa questão de parcelados com dívidas vencidas ou ainda a vencer foi uma correção que foi feita no REFIS no passado uma contribuição da Nádia que hoje participa; assim que ela percebeu, o município tinha um entendimento através da procuradoria, a Nádia e mais alguns contadores entendiam que tinha que ser diferente nós alteramos a lei e a Casa aceitou e aí fica a lei bem clara ninguém tem nenhuma dúvida, e aí nós alteramos e aí fica tudo bem. E aí são as pessoas físicas ou jurídicas dívidas até 31/12/2021. O que o programa prevê? As possibilidades essas são exatamente iguais né desconto de 100% de juros, multa e juros moratórios de todos os débitos consolidados até a data do ingresso no programa para pagamento à vista. Pagou à vista, tira juros e multa; 80% da multa e dos juros para quem fizer o parcelamento em 1+11; 60% da multa e juros para quem faz o parcelamento em 1+23; 40% da multa e juros para 1+47 e 20% de desconto para quem faz em 1+59. Multa e juros. Mais algumas considerações que elas são importantes: a vigência do programa até 31/10/2022 e aqui tem uma pequena alteração em relação ao do ano passado que se estendeu até 30/11; então vai ser até 31/10; tivemos o cuidado de verificar e será um dia útil. Aqui tem algumas considerações: débitos ajuizados ou protestados quem fizer a opção deverá quitar os emolumentos e isso é de praxe né, custas e despesas processuais apresentando comprovação junto à secretaria. Aqui tem mais uma pequena alteração nos parcelamentos, as entradas são de 10% do valor do débito e o valor mínimo da parcela é de 10 UMRs. No REFIS anterior eram 15 UMRs; o valor da UMR atual é R\$5,50 eu acho que tem alguma coisa depois da terceira casa depois da vírgula.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** 5004.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** É olha ali. Eu sei que era alguma coisa depois da... Mas arredondando aí R\$ 5,50, ou seja, uma prestação mínima de R\$ 55,00 acredito que seja uma coisa perfeitamente factível. E o parcelamento não se estende aos tributos do exercício de 2022 sendo indispensável seu pagamento se já vencido para o optante usufruir dos benefícios da lei. Acho que isso é o resumo do resumo do que está no projeto de lei. A gente registra a chegada do vereador pastor Davi, bem-vindo, não esqueci de ninguém né, Duilus? Acho que não. Agora eu venho com mais algumas... Problemas de aqui ó... Uma coisa que foi muito questionado no ano passado e eu resolvi fazer uma tabelinha “ah, mas a gente está dando desconto

de multa e juros, tá beneficiando quem não paga”; essa tabela eu acho que ela ajuda a ilustrar um pouquinho. O quê que eu fiz aí? Eu peguei a variação da UMR dos últimos cinco anos e a variação do CDI, o CDI é certificado de depósito interbancário, é o que baliza a remuneração dos depósitos bancários. Vejam só que a correção da UMR foi 83.5 e do CDI foi 37.2; essas dívidas vencidas elas são atualizadas pela UMR, o contribuinte teve esses 83.5 nos últimos anos. Se a Prefeitura tivesse recebido esse recurso e tivesse depositado no banco, ela teria menos da metade. Eu quero deixar bem registrado aqui aí não dá para ter isso como uma verdade absoluta né óbvio que se a prefeitura tivesse recebido um recurso lá em 2017/18 qual é que é a nossa obrigação? Aplicar isso em serviço para o munícipe e isso poderia render muito mais que 37.12. Então importante aí que a gente tenha claro a importância do REFIS, da gente recuperar, mas em nenhum momento eu entendo que nós estejamos transferindo renda de quem paga para quem não paga ou beneficiando quem não paga. E aí coloco uma observação ainda que se isente juros e multas os contribuintes pagam a correção que nos últimos anos ficou bem acima do CDI, e há de se considerar ainda que os devedores perdem os descontos de pagamento à vista que variam de 17 a 10%. Então eu entendo que o quê que se trabalha muito, pode pegar qualquer secretário de finanças, a gente tem que trabalhar e eu acho que a Nádia vai concordar comigo, nós temos que ser justos né não cobrar de uma e não cobrar de outro, todo mundo tem que pagar e ser equalizado. Quando se dá um desconto tem-se esse cuidado e eu falo com toda a certeza e propriedade que nós não estamos beneficiando o infrator no caso. Dito isto, eu vou avançar um pouquinho para a gente saber como é que foi o REFIS de 2021, essa tela eu preciso explicar ela. O valor total que foi, que diminuiu lá do nosso saldo de dívida, foi nove milhões duzentos e trinta e sete a gente deu um desconto de dois oitocentos e vinte e três, a multa e os juros dos que nós renegociamos; em 21 representou dois milhões oitocentos e vinte três e o valor que o município recebeu seis novecentos e treze, próximo a sete milhões. A dívida ativa em 31/12/2020 era quarenta e dois milhões, coloca um asterisco tem uma dívida não tributária que ela é fora da curva e a gente excluiu ela daí, e a dívida tributária em 31/12/2021 é quarenta e sete milhões. Vejam que mesmo com o REFIS nós cobramos nove milhões e setecentos e nossa dívida ainda subiu cinco milhões setecentos e noventa e três. Já vou explicar por que. Aí eu tenho ali percentual de recuperação 16.5 sobre o recebido, nós recebemos seis milhões e novecentos, isso aí representa 16.5 dos quarenta e dois milhões. Esse percentual o REFIS ele mostra que é uma boa ferramenta de recuperação e porque que a dívida subiu? Porque têm uns que não pagaram em 2021 e mais a correção que ela vai atualizando o saldo devedor. Eu sei que é uma parte bem técnica né e eu vou falando dos números e eu dou um nó em muita gente, mas tentem acompanhar o raciocínio e é isso aí. E ainda que a recuperação tenha sido boa a dívida ativa aumentou, os inadimplentes em 2021 e a UMR que ela sobe ela acaba botando a nossa dívida ativa para cima. Então acho que isso também mostra a importância se não eu não tenho aqui como precisar para você se nós não tivéssemos tido o REFIS quanto nós teríamos arrecadado, mas com certeza teria sido um valor bem menor. Aí então a gente vem e vem defendendo o REFIS. Eu vou para mais uma lâmina. Aqui eu só vou passar aí eu já vou concluindo a minha apresentação. Ah, não tudo bem dá para ler né. Algumas coisas que nós pensamos na secretaria para deixar todo mundo bem alinhado com o que o Executivo pensa e a secretaria pensa. A gente viu que tem uma inadimplência e nós precisamos criar facilidades aos contribuintes, isso venho trabalhando desde o ano passado e eu acho que a primeira das facilidades é o PIX. O PIX é uma ferramenta que veio para ficar, nós, na metade do ano passado, já vinha trabalhando com essa possibilidade a gente precisa licitar só tinha um banco que tinha a ferramenta PIX e eu

segurei a licitação para não fazer com um único banco e ficar refém e ela adianta dizerem assim “olha ele direcionou para tal banco para o banco ‘x’”. Licítamos no final do ano passado aí já tinham 4 ou 5 bancos; temos um banco ganhador agora a gente tá na fase de testes. Não conseguimos eu a mensagem que eu recebi hoje a gente deve estar com essa ferramenta funcionando acho que na metade do mês de março, isso vai facilitar um monte os pagamentos; o PIX esse veio para ficar. Tu estas lá em casa, no teu ambiente de trabalho, independente do banco que tu tem conta tu vai poder pagar o teu tributo; hoje do jeito que nós temos aí com esse código de barras tem algumas limitações quem é cliente de um banco que a prefeitura não tem convênio tem dificuldade para pagar. O PIX independente de qual é o banco qual o banco que tu tenhas a conta tu vai poder estar pagando. O contribuinte já está pagando o imposto e a gente ainda cria dificuldades? Não né, doutora Eleonora; nós temos que criar facilidades. Nós precisamos melhorar o sistema de impressão de 2ª vias. Nós precisamos criar um aplicativo para acesso às guias e isso e mais o parcelamento online. O parcelamento online eu pedi para empresa que presta serviço de processamento da prefeitura na metade do ano passado; a cada reunião que eu tenho com eles eu cobro deles e eles sinalizam para a metade do ano. Inadmissível, inadmissível que em tempos de pandemia que nos ensinou muita coisa nós ainda tenhamos que sair de casa pegar uma senha, ficar aguardando para ser atendido por uma mão de obra cara que ela é quando o contribuinte pode estar se auto atendendo ou muitos que têm essa dificuldade e tem um contador que vai poder ajudá-lo e vai facilitar a vida de todo mundo. De todos esses itens, o PIX a gente patina um pouco né para mim já devia estar funcionando, uma coisa que meio que me frustra nós não colocar o PIX já nos carnês do IPTU desse ano e os carnês já estão sendo entregues; a gente patina um pouco, tenho a impressão de por conta de sistemas. Impressão de sistemas também é sistema; aplicativo de acesso também é sistema e o parcelamento online também é sistema. Mas vamos lá né. Nós temos que resolver e eu não tô aqui chorando, mas as iniciativas ela já foram tomadas e nós estamos trabalhando para isso. Eu falo ainda o item 2, passado aí o primeiro ano nós estamos trabalhando numa revisão geral do processo de cobrança de dívida ativa. Nós temos que ajeitar as coisas internas estabelecer rotinas mais pontuais que facilitem mais, óbvio que com as ferramentas que eu falo acima, e aí eu posso dar um dado; a maior a nossa dívida ativa eu falo de 42 milhões em 2021 o valor que foi lançado e que a prefeitura tinha expectativa de cobrança do IPTU era de 20,5 milhões. Alguém se atreve a me dizer aqui qual é o percentual? Eu acho que não. Mas eu vou falar um pouco de inadimplência de IPTU. Se alguém acompanhou, de repente alguém deve ter visto, mas acho que na semana passada ou outra, não consigo precisar o dia, um veículo de comunicação da capital fez um levantamento da inadimplência do IPTU nas cidades da região metropolitana; têm algumas das cidades que ele esse percentual ele ultrapassa 50%. E aí tem de 20 de 15, é 30%, 35. Foram 12 capitais, 12 cidades pesquisadas. E a reportagem se alguém depois de um dia que eu tenho até o link da do veículo de imprensa e eles falam e uma cidade que a gente vem observando há mais tempo é Porto Alegre. Porto Alegre em tese é a capital, é a região metropolitana, capital do Estado, enfim, é a mais populosa em tese né quanto maior a cidade maior o problema e pasmem é a cidade que tem o menor índice 8.4. E Farroupilha olhei 2019/20/21 ele fica na casa de 17/18%. 17/18% de vinte milhões e alguma coisa nós falamos em 4 milhões que deixa de ingressar nos cofres do município que tanto precisa e tem tanta obra para fazer. Então eu fecho isso defendendo o REFIS, mas nós precisamos melhorar a nossa, a nossa efetividade na cobrança e eu falo isso porque eu trago aí vou me permitir a falar um pouco de experiência de banco, a gente trabalhava numa sistemática diferente. Em nenhum momento nós temos a intenção de prejudicar ninguém, de matar ninguém, nos

entendemos o momento de pandemia, mas eu vou lá. Porque Porto Alegre tem 8.4 e nós temos 17? E também assim eu também registro que nós estamos bem melhor que outras, que outras cidades, mas nós podemos e devemos avançar. Acho que da minha parte é isso chegou o Trujillo, presidente da CICS né, obrigado pela presença e eu acho que da minha parte era isso. Qualquer dúvida/pergunta estou à disposição e era isso, presidente da comissão Roque.

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Muito bem. Obrigado Plínio. Cumprimos aqui também o Charles Paesi o vereador Davi e também o presidente da CICS Trujillo. E de imediato, então, nós vamos passar a palavra para dona Nádia que como bem falou o secretário Plínio a Nádia é uma conhecedora do tema. E, aliás, a Nádia foi uma das pessoas que nos ajudou a implantar o alvará 24 horas em Farroupilha né que saímos daquela catástrofe de 400 dias em média para abrir uma empresa e chegamos a abrir né uma empresa numa média de 12 horas e com alvará digital. Então a Nádia foi uma das parceiras importante para que a gente pudesse implementar esse projeto por isso também, Nádia, a gente te convidou porque tu sempre tem boas contribuições a ser compartilhada né tanto com já administração municipal, quanto com a cidade e os vereadores com a cidade e eu acho que a gente sempre tem que ser flexível para ouvir as pessoas, entender e se for o caso discordar, mas de forma fraterna né, porque ninguém é obrigado a concordar com a opinião de todos, mas a gente precisa ter a capacidade de debatê-las. Então tens a palavra aí no seu tempo aí de uns 20 minutos aí para contribuir conosco. Como a senhora acha melhor se quiser ficar aqui, tá tranquilo também.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Boa tarde a todos e a todas. Primeiro lugar, quero saudar o presidente da mesa e em seu nome saudar a todos os nobres vereadores, a nossa presidente doutora Eleonora Broilo né e saudar as demais autoridades que se encontram neste momento. Em primeiro lugar quero agradecer o convite de estar aqui neste momento efetuado pelo Roque e pelo Juliano também e dizer que nós como cidadãos e como empresários da área contábil como a nossa formação ela é uma formação que ela faz parte do social e não das exatas; temos que conhecer as exatas, mas a nossa formação é mais para o social, eu vejo que nós temos obrigação de colaborar com a nossa comunidade na qual nós vivemos e na qual nós estamos inseridos, porque se a nossa comunidade vai bem automaticamente nós também vamos bem. Então quando a gente fala de uma comunidade nós temos que englobar ali o povo como um todo, os entes públicos também que muitas vezes aquilo que o Roque falou sempre que a gente pode levar alguma coisa para melhoria, se o ente público melhorar, nós entendemos que nós como cidadãos também teremos benefícios. E quero parabenizar o Plínio né, Plínio, pela explanação então eu achei que foi bem completa acho que não vai sobrar muita coisa para mim falar, mas como diz o Roque vou dar minha opinião pessoal também e não só a minha opinião pessoal o que nós vivenciamos no dia a dia né. Eu quero desmistificar algumas coisas no meu ponto de vista né. Muitas vezes a gente vê assim “ah eu sou contra o REFIS, porque tem empresário que só fica esperando REFIS”. Esta é uma opinião, eu penso um pouco diferente né; “ah, porque que eu paguei meus impostos em dia se vem um REFIS e o cara não paga mais multas e juros”. Eu afirmo para vocês com uma certa segurança que nunca queiram estar no lugar de quem atrasa impostos, porque a melhor coisa do mundo é pagar impostos é poder pagar os impostos. A minha empresa se ela gera imposto é muito bom, porque é sinal que eu faturei que eu tive lucro desde que eu controle todas as despesas. Então isso é um sinal positivo. Agora vem, mas porque que você não paga os seus impostos né. Aqui existe uma série de fatores. Várias vezes já conversei com o Plínio sobre isso também que eu vejo assim que nunca é vergonhoso copiar algo que deu certo em outro ente

público ou em outra comunidade. Porque que eu digo isso? Como eu tenho muito tempo de profissão, eu sou de uma época que a Receita Federal e a Receita Estadual eram bicho papão que ninguém podia chegar perto que quando chegasse você era multado. Vamos usar a palavra multada que todo mundo entende né. Isso era muito ruim para o contribuinte e para o próprio fisco né. O quê que esses entes fizeram? Tanto a Receita Federal como a Receita Estadual eles começaram a fazer um trabalho de educação fiscal. O quê que é educação fiscal? É vim na mídia dizer “olha, Nádia, você está com os impostos atrasado e tem que pagar o imposto”. Não deixa de ser também, mas o trabalho fiscal que eles estão fazendo é o seguinte como a tecnologia veio facilitar a nossa vida facilitou mais a vida do fisco né, Plínio. Então o que os governos têm feito? Eles fazem abatimento das vendas, nos cartões, se aquilo que eu vendi no cartão eu emitir nota, se eu vendi pagamento no PIX né, Roque, que o Plínio disse que é muito bom e eu concordo; se eu emitir nota de tudo isso, tudo isso o governo tem feito. Ele não sai autuando, o quê que ele faz? Ele manda uma cartinha dizendo “olha, Nádia, as suas vendas não fechou com o que você declarou no PIX ou com o extrato que a gente recebeu do PIX ou dos próprios cartões providencie em 60 dias”. Se eu tenho argumentos para comprovar que eu estou correta não tem problema nenhum, se eu não tenho argumento o quê que me cabe? É fazer minha culpa, minha máxima culpa. Então isso é uma educação fiscal o povo começa a ter uma mentalidade diferente né. Porque que eu falei nisso? Porque isto também é uma oportunidade quando um ente público lança o REFIS para esta pessoa se organizar e pagar. Eu vejo que todo mundo que se organiza, todo mundo quer pagar seus impostos em dia, mas nos últimos anos que nós estamos vivendo, nós tivemos pandemia, tivemos crises tivemos de tudo, o quê acontece? E porque que eu falei da educação fiscal? Porque se o governo começa a fazer educação fiscal diminui no meu ponto de vista a concorrência desleal que eu não vou precisar abrir para vocês o quê que é concorrência desleal. Então muitas vezes têm empresários que para poder concorrer com o seu produto no mercado ele enfrenta concorrência desleal; o quê que ele faz? Ele vai baixando os seus preços de uma forma tal que lá pelas tantas ele não tem mais, ele não consegue mais pagar os impostos no seu prazo. Ele vendeu, ele cobrou o seu boleto, ele tem o dinheiro no final do mês, ele tem que optar bom eu vou honrar a minha folha de pagamento ou eu vou pagar o imposto; ou um ou outro. Geralmente ele opta por pagar os funcionários e comprar matéria-prima, porque senão a empresa vai parar. Não é que ele não queira pagar os impostos. Então o quê que vai ficando? Vai ficando os impostos atrasados. As multas, o juro e a correção monetária desses impostos, no meu ponto de vista, elas são muito elevadas quando o empresário vê é uma bola de neve. Ele entra ele entra numa bola de neve que ele não tem mais como sair daquela bola de neve por isso que eu vejo o REFIS com bons olhos, tanto o REFIS municipal, como o REFIS federal, como os parcelamentos especiais do governo do estado, que eles são bem diferentes do federal e do municipal né. Então eu quis explicar isso por quê? Eu entendo o seguinte que a gente quando tem uma vaquinha a gente nunca pode matá-la eu quero continuar tirando leite dela, mas se eu não alimentar essa vaquinha com todo zelo e carinho ela vai morrer. Então tudo é assim, tudo tem que ser criado e zelado e regado mensalmente inclusive o amor, não existe amor para vida inteira se você não regar, se você não zelar e se você não der atenção. Então em termos de REFIS só no outro campo né, no financeiro, eu não vejo diferença alguma né. Eu quis dizer isso aqui por que agora vocês já perceberam que não é só eu favorável, nós a gente se reúne nós contadores, graças a Deus, nos reunimos bastante para ver o que nós podemos ajudar as nossas comunidades, os nossos entes públicos. Nós que nem o Roque falou e o Plínio também nós nunca nos omitimos de levar nossas sugestões em prol da nossa causa não, em prol da comunidade. Se os

empresários vão bem, a comunidade como um todo também vai bem; então este é o nosso trabalho a nossa serventia para nossa comunidade. Então agora vamos para o REFIS propriamente dito. Em termos de REFIS o Plínio colocou tudo eu não vou repetir novamente se não vai ficar maçante, mas em cima daquilo que o Plínio colocou eu quero fazer algumas sugestões e não são só minhas sugestões é de uma classe empresarial, eu só sou porta-voz aqui. Então é o seguinte é muito bom quem vai pagar à vista tem 100% de multas e juros, vocês perceberam que o Plínio explicou ali que tem 100% para quem paga à vista redução de multas e juros e tem a escala de 80/60/40 e assim por diante, multas e juros. Vocês perceberam que ele mostrou ali que os impostos municipais têm uma correção monetária né, Plínio, que é corrigido pela UMR que é a unidade municipal de referência; só que no nosso ponto de vista, essa unidade municipal de referência ela é muito alta. Ela é muito alta e aquilo que eu falei no início, por que que aquilo que é bom à gente não pode copiar? Eu não acho vergonha copiar uma coisa boa de um outro ente público. Vamos falar um pouco de Receita Federal. Digamos na receita federal eu gerei 10 mil de simples hoje. Vence, vamos pegar em fevereiro, vence em 20 de março né, chega lá eu não pago o que acontece com o meu imposto? Ele é acrescido de multas e juros, mas ele não tem correção monetária. Ah muito tempo que a Receita Federal aboliu a correção monetária e o imposto municipal continua com a correção monetária mais multas e juros. Então por isso que eu vejo que as multas e juros, ótimo que temos desconto de 100 de 80 de 60 e 40%, mas no meu ponto de vista, eu acho que teria que ter um pouco de desconto na correção monetária; que daí tem que entrar em outra seara né, Plínio, que eu não sei até onde dá para ir. Eu tô falando daquilo que a gente vive no dia a dia com a Receita Federal que eu sei que a gente tem que ter o cuidado de não abrir mão de receitas etc. né, mas a Receita Federal tem praticado, mas então o município não sei até onde vai. Então essa seria uma sugestão né, Plínio, gostaria que tu levasse os nobres vereadores, analisassem se até além da multa e juros não daria para ter um pequeno desconto. Porque se a prefeitura não está recebendo nada, cada vez o empresário vai se afundar mais para prefeitura é bom que ela consiga cobrar entra dinheiro nos cofres públicos e para os empresários também é bom, porque eles têm a oportunidade de liquidar as suas dívidas.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Eu posso pegar um gancho, porque o assunto ele eu acho eu é importante eu pegar e comentar ele no ato. Vê só, nós pegamos a correção da UMR do IPTU pelo IGPM, o IGPM em 2019/2020/2021 totalmente fora da realidade. Nós corrigimos essa distorção em maio do ano passado mudando para IPCA e aí o IPCA de 2020 ele fechou em 10,06. Eu vou tentar fazer um raciocínio aí: 10,06 a gente hoje está com uma SELIC de 10,75 vejam que hoje a SELIC já está maior do que o IPCA. O IPCA para 2022 a previsão é 5,50 e a gente fala numa SELIC de 12. Eu tô mostrando isso, porque nós tivemos SELIC de 2% com IGPM de 25.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Isso aí.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Os tributos da União eu não sei do Estado, Nádia, tu pode me corrigir agora eu tô arriscando aí os parcelamentos da União pelo menos até onde eu sei eles têm atualização da SELIC.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Tem atualização da SELIC e juros de 1% ao mês.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** E hoje a gente vai abolir a correção do UMR e a gente migrar para SELIC vai ficar pior o cenário. Eu só quis fazer e eu concordo na íntegra e eu na minha apresentação eu trago aí a questão de quanto diferente foi por conta do IGPM, mas isso para mim já está ajustado. A tendência é que agora em 2022 a gente fala de SELIC previsão de aumento passar de 11 e o IPCA vai ficar menos da metade.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** É. Esperamos né, Plínio.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Sim.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** É mais eu quis trazer, porque quem tem dívidas mais antigas tem essa correção elevada né Plínio então por isso que eu não podia perder a oportunidade.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Não... Tanto que eu mostrei aí porque que a dívida aumentou, eu expliquei uma correção muito elevada fora da curva. Agora na questão do público e depois a gente pode. Nós entramos aqui num debate acho que não é esse o objetivo desculpa Nádia, mas é do que passou da correção que passou dificilmente nós vamos conseguir mudar tenho que ver aí com a procuradoria do município. O que a gente fez, na verdade, de maio para frente a gente consertou essa situação, mas enfim eu acho que vale a sugestão.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Bem, mas vamos pedir aos nobres vereadores que deem uma pesquisada porque tudo que pode ser melhorado tenho certeza que tem retorno. Sem problemas. Mas é isso que a gente precisa não dá para deixar para traz né. E tem eu tenho mais duas sugestões. Então essa da correção elevada era uma sugestão ali vocês perceberam que o Plínio falou que no parcelamento tem que dar 10% de entrada, volto a repetir, vou sempre copiando o que os outros entes fazem, a Receita Federal também né, esses 10% de entrada parece mentira; para muito empresário ele conseguiria pagar a parcela depois da dívida, mas ele não tem dinheiro para pagar os 10%. Então a nossa sugestão é fazer que nem a Receita Federal os 10% deu lá R\$ 50.000,00 parcela em 5 vezes, quando acabou de pagar entrada começa a pagar o parcelamento; assim funciona na Receita Federal. Então seria muito bom né, Plínio.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Parcela a entrada.

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Parcela a entrada primeiro daí e empresário paga a entrada na receita, se não me falha a memória já tem 500 parcelamento em andamento é de 10 a 12 vezes depende do parcelamento, acabou de pagar a entrada, começa pagar o parcelamento; sempre com aquilo que o Plínio colocou eu tenho que manter os impostos de 22 em dia. Para isso que serve o REFIS né, Roque. Por isso que eles têm que pagar um pouco por mês para manter em dia os impostos normais tá. E a última coisa, eu vi que o Plínio salientou ali bastante que se nós tivéssemos combinado eu não precisava falar, mas eu preciso falar aqui quanto à modalidade de ser fazer parcelamento. Hoje eu se eu quero fazer o parcelamento ou eu quero pagar à vista o imposto do passado, eu tenho que ir lá na prefeitura, esperar que abre a prefeitura, pegar uma senha para ser atendido. Gente, tem que ser tudo via processo digital. Eu falo, por exemplo, dos nossos clientes, o cliente disse “ah eu quero pagar, quero parcelar” aí o senhor vai ter que ir na prefeitura. “Mas porque eu? Vai tu lá para mim”. Eu até quero ir, mas não posso; não posso, porque ele que tem que assinar né. Então o quê que acontece? Nós já estamos trabalhando junto à prefeitura, a gente deu várias sugestões daquele sistema da prefeitura né, Plínio, fizemos várias reuniões, mas essa eu vejo assim tem que ser digital. Que daí o próprio contribuinte ou o contador do contribuinte ele consegue acessar, ele consegue fazer o parcelamento e consegue liquidar; dá menos gente sapateando na prefeitura, mais arrecadação. Porque a oportunidade faz o ladrão; se agora eu tô com vontade de parcelar eu tenho um meio fácil eu vou lá e parcelo e pago e acabou ou pago até à vista. Agora se tenho que ir na prefeitura, hoje eu não vou, amanhã não vou, de repente passa; e a gente até sabe que muitas vezes a gente liga, mas o empresário está preocupado. O empresário tem que se preocupar em produzir, em gerir a empresa, ele não pode se preocupar muito com outras coisas, ele tem gente que trabalha para ele, só que muitas coisas aí ele não pode largar e ir né. Então o processo digital, o desconto, a multa e os juros acho muito bom né; evidente e também gosto da

educação fiscal né, Plínio. Então eu acho que esse trabalho que dá para fazer em conjunto. Então, Roque, a gente continua à disposição se precisar de contribuir com alguma coisa estamos aí.

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Muito bem. Agradecer à dona Nádia e o senhor Plínio pela explanação, aliás, ótima exploração parabéns. E lembrar a quem nos acompanha aqui no plenário da Casa e também das pelas redes sociais que nós temos aqui ao fundo alguns mecanismos, tem whatsapp, tem e-mail, enfim, porque após a nossa audiência ficará por 72 horas aberto né para que as pessoas, o público possa se manifestar acerca do projeto do REFIS. Isso é regimental, então tem essa possibilidade também das pessoas se manifestarem. Agora nesse momento, nós vamos solicitar se tiver alguém que se inscreveu, tem alguém que se inscreveu? Tem alguém que quer se inscrever para fazer uso da palavra? Não. Então nós vamos agora passar ao espaço aos vereadores por tempo de 3 minutos né sem aparte então eu abro esse espaço aos vereadores, quem quiser fazer o uso da palavra só erguer a mão que a gente já concede. Com a palavra o vereador Gilberto do Amarante pelo tempo de 3 minutos.

**VER. GILBERTO DO AMARANTE:** Boa noite, presidente Roque, boa noite a todos os vereadores, aos que estão nos assistindo aqui na Casa, o Dilço, os demais vereadores e todas as autoridades presentes. E saudar especialmente o Plínio que explanou muito bem para nós trouxe aqui uma amplitude da das informações; a Nádia que sempre, sou fã teu, escuto sempre te escuto que você traz uma clareza com números e o andar da contabilidade do nosso município quase como um todo. Claro que aqui também né, Plínio, às vezes para as pessoas mais leiga ali fora, quando nós falamos que não tem que é retirado a multa e os juros dos impostos para eles vão lá com o carnê lado do vamos supor do ano de 2018/2017 “não, mas o que eu tenho que pagar é esse valor”. Não, nós deixamos claro que tem sim a correção monetária. “Não, mas perai disseram que não tem juros”. Não, tem a correção e está tirando o juro, está tirando as multas e que essas muitas às vezes são bem expressivas pela questão até de fazer com que o contribuinte pague seus impostos no ano do qual é vencido. Mas claro que por várias razões das quais foram citadas aqui, às vezes não é possível e aí tu vai escolher as contas que naquele momento são prioritárias para que a tua vida continue andando. E também tem uma eu vejo assim como uma questão que se há possibilidade, vereador Roque, de nós trabalharmos essa questão aqui da questão da correção monetária, de diminuir esse cálculo, que também não sei se é possível tá. E claro que também né, Plínio, nós temos que pensar que de cada R\$ 100,00 de impostos pagos, de todos os impostos né, Nádia, 60% vai para o governo federal, 25% para o Estado e 15% para o município. Então também dizer que o município ele não é esse grande cobrador de impostos né de uma forma geral e sim o maior prestador de serviço. Por quê? Porque todas as demandas até por estar próximo dos vereadores e também do poder executivo, as pessoas todas, as cobranças caem mesmo sendo às vezes questões federais. E em relação ao PIX a automação do processo, a gente observa que as contas federais de impostos todas elas já estão via sistema, via PIX; então uma vez se demorava muito mais os governos federal e estadual então vamos trabalhar para o município sim trazer estes subsídio né de agilidade e rapidez nos dias de hoje que estamos vivendo. Muito obrigado, presidente.

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Obrigado, vereador Amarante. Mais algum vereador ou vereadora? Se ninguém mais quiser fazer o uso da palavra eu vou fazer algumas observações que eu considero importante no meu ponto de vista. Eu acho que o REFIS está consolidado, não há alguém que se levante contra isso, eu acho que é uma ferramenta importante para dar vez também para aqueles que se encontram

inadimplente por um motivo ou por outro não conseguem saldar suas dívidas e de outra banda também dá oportunidade da prefeitura arrecadar. E claro que se não está bom com o REFIS sem ele seria muito pior certamente né, porque demonstrou aqui pelos quadros que não temos conseguido alcançar a todos. O que talvez esses 47 milhões seria interessante a gente saber, porque pode ter ali três ou quatro contribuinte, enfim, que detenha a maior parte dessa dívida então nós precisaríamos dar uma separada nessa dívida o que é IPTU e o que são outras dívidas. Porque daqui a pouco a gente vai ver que o REFIS está atingindo o objetivo se a gente conseguir separar os tipos de dívidas que tem aí. Talvez nós tenhamos agora que focar muito, Plínio, porque a arrecadação está muito o pagamento das dívidas está muito aliado à vontade, o cara quer decidir que vai pagar; ele vai até a prefeitura, ele chega lá, eu presenciei quatro horas esperando pessoas para ser atendido, para poder pagar, né para pagar uma conta, não é para ir lá receber, é para ir pagar. Então imagina que o cara já não aguenta ficar num banco para receber e lá muito menos para ir pagar. E tinha mais um porém ainda que às vezes o cidadão tinha lá uma negociação não, tinha lá um uma questão administrativa de pedido de revisão/de suspensão/de renegociação com alguma outra questão que estava discutindo a dívida; então para ele ir lá pagar ele precisaria que aquela parte que estava lá sob o ponto de análise administrativa precisaria tornar-se inexigível momentaneamente. Então ele teria que ainda ir na, teria que ainda ir na auditoria da dívida aí lá esperar mais um tempo, abaixar, para depois ele pegar uma senha e daí ir lá para renegociar. Então naturalmente que não vamos aqui dizer que é terra arrasada. Não, isso é perfeitamente consertável né e tanto que o Plínio já disse que estão caminhando nesse sentido. A digitalização, a desmaterialização das questões como essas, eu creio que ajuda bastante, bastante, e também eu encontrei muitas pessoas como eu fui secretário do desenvolvimento econômico e isso não tô fazendo aqui para explanar saudosismo nenhum, mas tu acaba tendo uma relação com muita gente e às vezes tu falava que o cara estava devendo, “mas tchê vai lá fazer o REFIS”. Eles não sabiam como é que era e empresários inclusive não sabiam como é que era e nem sabiam do programa. Então eu acho que dá para fazer também uma boa divulgação disso né para que fique acessível a todos as informações e com certeza a gente está todos juntos aqui para tentar melhorar a arrecadação do município e também dar essa oportunidade para quem deseja pagar as suas contas muito bem então nós queremos conceder aqui mais um prazo tanto para o contas. Muito bem, então nós queremos conceder aqui mais um prazo tanto para o secretário Plínio quanto para a empresária dona Nádia para que façam suas considerações finais. Quem quer começar? Começa, dona Nádia?

**SRA. NÁDIA EMER GRASSELLI:** Pode ser. Bem, o quê que acontece minhas considerações finais é o seguinte que realmente todos nós até devemos divulgar né a gente faz isso também e que aproveitem o REFIS, e outra coisa, que a gente não fique pensando que isto é um vício, porque é uma oportunidade né. Eu tenho certeza que quem tem condições de pagar tributos não deixa de pagar para ver os débitos acumulados ou estão devendo todo mundo paga em dia né. Então assim isso aqui é uma força é um trabalho que todos nós estamos fazendo eu digo todos nós, porque isso aqui vem do Executivo com certeza, mas que a gente tem colaborado né, que nem agora sugestões que a gente deu para que eles possam cobrar mais e o empresário/empresária a pessoa física, porque isso não é só para empresário, é para pessoa física, para que todo mundo consiga ter a sua vida em dia; que com os débitos em dia o cara consegue investir, consegue se desenvolver. Quem têm dívidas, principalmente empresário, ele não consegue investir, ele não consegue uma certidão negativa, ele não consegue pegar um empréstimo no banco a juros subsidiados né, Plínio; esses empréstimos que o governo tem anunciado ali tu tem que ter certidão negativa se você deve como é que vai

pegar. Então por isso que nós da classe contábil nós defendemos o REFIS não é que a gente quer ajudar o pilantra não, pilantra a gente sabe que tem em todo lugar então, mas a gente quer ajudar quem tem vontade de trabalhar quem tem vontade de crescer e principalmente quem gera empregos.

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Secretário.

**SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS PLÍNIO BALBINOT:** Então eu vou falar o seguinte eu tinha certeza que eu ia esquecer de alguém quando eu abri a minha fala e eu esqueci da Cíntia, diretora da secretaria, inadmissível né, mas obrigado pela presença. Assim encerro, acho que se tivesse como eu colocar aquela minha última lâmina que eu tenho na apresentação acho que seria importante, mas se não tiver como tudo bem. Eu acho assim obrigado pela Nádia, Roque, contribuição vereador Amarante, a gente vem quando vem para cá sempre aprende. Mas aquela minha última lâmina ela é bem clara né nós precisamos criar facilidades e eu falo lá de PIX de aplicativo para ter pagamento na mão, eu falo do parcelamento online e assim a Nádia é testemunha e ela participou de algumas reuniões que nós fizemos Secretaria de Finanças, contadores com nossa empresa de TI e nós sofremos. Eu tenho sido um soldado incansável e a Cíntia sabe do que eu tô falando e a gente não consegue avançar na velocidade que nós precisamos, mas tenham a certeza que nós continuaremos. O PIX, Amarante, ele deve entrar ainda até metade do mês ele entra. Eu choro, mas não deu para botar no IPTU desse ano se não nós teríamos que mudar toda a programação e também nós não teríamos não nos sentimos em nenhum momento confortável em implantar um sistema novo gerando 41 mil inscrições com 7 parcelas. E isso é uma decisão tomada junto com o prefeito Fabiano e o vice Jonas e disse “olha não vamos não vamos correr esse risco”, mas na sequência as próximas guias, Nádia, elas já estarão vindo com o código de barras e o ‘QR Code’ que é para pagamento com PIX. Eu falo em criar facilidades e eu falo nós precisamos revisar todo o processo de cobrança das dívidas do município, eu vejo a Nádia falando em educação fiscal e isso nós precisamos. Aqui tem os vereadores que muito representam essa classe e nós temos nas escolas, cadê o vereador Sandro não estou vendo, nós precisamos, têm mais algum que é professor, vamos implantar nas escolas a educação fiscal. Nós temos que incentivar isso. E uma coisa que foi falado aqui que nós precisamos melhorar e eu levo isso para mim nós precisamos tornar isso mais público e mais visível e o Roque falava têm muitas pessoas que às vezes não sabem, nós temos que usar as mídias sociais a nossa área de imprensa para que essa informação chegue aos contribuintes. Eu agradeço a oportunidade eu sempre que eu tenho meu manifestado e quem sabe não precisa marcar para conversar comigo eu sou um cara que trabalha com a porta aberta e a gente está à disposição sempre ouvindo por um objetivo que é contribuir aí para a melhoria da nossa grande Farroupilha. Gente, muito obrigado e uma boa noite a todos.

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS ROQUE SEVERGNINI:** Muito bem. Então nós agradecemos aqui a presença dos vereadores, agradecemos a presença da dona Nádia, do secretário Plínio Balbinot, da comissão de finanças né dos que nos acompanharam aqui, os funcionários dessa Casa também que nos auxiliaram, as demais pessoas que participaram. E desejamos uma boa noite a todos. E está encerrada a presente audiência pública.

**ROQUE SEVERGNINI**

**VER. PRES. DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS.**